



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001492-96.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO ORIUNDA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - TRE-RO COMO ÓRGÃO

PARTICIPANTE – SRP – Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 – Ata de Registro de Preços nº 5/2023 – Solução de STIC - Aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, com assistência e suporte técnico. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 314 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG) em função do recebimento do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 270/2022, de 16/05/2022 ([0831928](#)), no qual informou-se que foi realizado estudo para definir a quantidade ideal de kits biométricos em funcionamento para atender ordinariamente o eleitor em todo o país e que foi estimado um quantitativo ideal em funcionamento e um limite máximo para atender eventuais necessidades específicas de algum regional e solicitou-se preenchimento de formulário eletrônico com a expectativa da demanda este Regional.

**02.** Recebido na Diretoria-Geral na data de 18/05/2022, sua titular encaminhou o pleito à STIC para conhecimento e preenchimento até o dia 31 de maio de 2022 do formulário disponível no endereço: <https://forms.office.com/r/4pvtEnC4v5>; efetivamente juntado ao processo no evento [0837234](#), havendo certidão de que o ato foi realizado no dia 30/05/2022 ([0837235](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Concluídos no âmbito do TSE a instrução e tramitação do processo administrativo do Pregão Eletrônico TSE SRP nº 46/2023, vieram ao processo os seguintes documentos com intuito de instruir a contratação pretendida por este Regional:

- Documento de Oficialização de Demanda TSE ([1100708](#));
- Estudos Técnicos Preliminares TSE ([1100828](#)), no qual está registrado os quantitativos para atender, entre outras, a demanda deste TRE-RO;
- Edital de Licitação nº 46/2023 ([1100691](#)) comprovação da publicação no DOU ([1100833](#)), como também seu Anexo I - Termo de Referência ([1100838](#)) e Anexo III – Minuta do Contrato ([1100841](#)) complementada por seus dois anexos: termo de ciência de manutenção de sigilo sobre as informações obtidas no âmbito do contrato ([1101686](#)) e termo de confidencialidade para proteção das informações confidenciais a que a contratada tiver acesso na execução das atividades do contrato ([1101689](#));
- Resultado do julgamento do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 no DOU ([1101714](#));
- Ata de Registro de Preços ARP nº 5/2023 ([1100843](#)), que tem como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento dos itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto do certame do SRP;
- Publicação do extrato da ARP nº 5/2023 no DOU ([1101696](#));
- Documentos comprobatórios da regularidade mínima da compromissária para contratar com a Administração Pública ([1101067](#)).

**04.** Concluída a instrução inicial, o Chefe do Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, trouxe ao processo a Solicitação de Contratação juntada no evento [1100861](#), na qual, após breve relato dos trâmites deste procedimento, solicita a contratação dos equipamentos para coleta de informações biométricas, nos seguintes quantitativos e valores, para os quais indica a **Fonte orçamentária**: REV KITBIO "Aquisição de kits para o cadastramento biométrico de eleitores":



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Grupo	ITEM da ARP	Objeto	Classificação orçamentária	Quantidade registrada TRE-RO	Quantidade a ser contratada	Valor Unitário	Valor Total para 60 meses
-	2	Módulo Cenário	REV KITBIO	150	150	R\$ 987,00	R\$ 148.050,00
-	3	Dispositivos de captura de assinaturas (Pads)	REV KITBIO	150	150	R\$ 1.399,00	R\$ 209.850,00
1	4	Dispositivos de captura da imagem da face	REV KITBIO	150	150	R\$ 990,00	R\$ 148.500,00
	5	Dispositivo de iluminação	REV KITBIO	150	150	R\$ 380,00	R\$ 57.000,00
<b>Valor total do Contrato e Empenhos:</b>							<b>R\$ 563.400,00</b>

**05.** Há manifestação favorável do pleito pelo Secretário titular da STIC ([1101176](#)). Recebido na SAOFC, por meio do Despacho 3162/2023 ([1101253](#)), seu titular fez um rápido esboço da tramitação da pretensão e enviou o processo à **COFC** para programação orçamentária, a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico e ao NACTIC para juntada do comprovante de divulgação do Extrato da ARP no Diário Oficial da União.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Prontamente, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([1101331](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 563.400,00 (quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1101340](#)).

**07.** Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**08.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI 0001465-16.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**09.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**. (sem destaques no original)*

*§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

*III - (VETADO).*

*§ 2º (VETADO).*

*§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.*

*§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.*

*§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutos de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.*

**10.** Nesse compasso, tratando-se de controle de legalidade, o parecer deve se restringir aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, sem adentrar no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que, como regra geral, não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade.

**11.** Contudo, **o caso em análise possui uma particularidade**. É que neste processo a fase de planejamento da contratação é integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Isso porque os documentos da fase de planejamento, nos quais se incluem a minuta do edital e do contrato, produzidas no processo no qual se deu o Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023, **foram necessariamente APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador**, nos termos do §4º do art. 7º do Decreto 11.462/2023 c/c art. 55 da Lei 14.133/2021. Portanto, torna-se descabido e inoportuna uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. Tal constatação se coaduna inteiramente com a **Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020**, que embora editada sob a égide da Lei 8.666/93 continua plenamente aplicada ao regime jurídico da NLLC, veja-se:

### ***ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020***

*I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.*

*II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHES PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CG U / AG U ; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.*

## **III – DA CONTRATAÇÃO ORIUNDA DE PARTICIPAÇÃO DO TRE-RO EM SRP, MODALIDADE DE COMPRA CENTRALIZADA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** Como referido na Seção anterior, constatado que a fase de planejamento da contratação, assim como os atos do certame foram aprovados pelo órgão gerenciador, restará a esta unidade jurídica verificar a regular instrução do processo com os documentos listados pela **Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações mediante as modalidades licitatórias disciplinadas pelo regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, **inclusive por meio do sistema de registro de preços**, atualmente tratado pelo **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**, editado em harmonia com a nova lei de licitações e contratos, **doravante, NLLC**. No caso em análise, este Tribunal atuou na condição de **órgão participante** do registro originário, situação jurídica definida pela NLLC, veja-se:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*(...)*

*XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;*

*XLVI - ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;*

*XLVII - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;*

*XLVIII - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;*

*XLIX - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;*

*(...)*

### ***Seção V***

#### ***Do Sistema de Registro de Preços***

*(...)*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, **realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.** (sem destaques no original)*

(...)

**14.** Por sua vez, no âmbito federal, as regras do procedimento do registro de preços foram disciplinadas pelo **Decreto Federal 11.462/2023**, o qual estabelece, no que relevante para esta análise:

### *CAPÍTULO III*

#### ***DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE***

##### ***Competências***

***Art. 8º Compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:***

*I - registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:*

- a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;*
- b) da estimativa de consumo; e*
- c) do local de entrega;*

*II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;*

*III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;*

*IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;*

*V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do **caput** do art. 7º;*

*VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;*

*VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;*

*IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e*

*X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.*

**15.** Nessa esteira de regulamentações a **IN TRE-RO 4/2023** também disciplinou a utilização da ata de registro de preços quando o TRE-RO não tenha atuado na condição de participante do SRP, estabelecendo os elementos necessários à instrução do processo de contratação, veja-se:

**Art. 38 ...**

(...)

**§ 2º. Na condição de participante deverá a unidade demandante ou a equipe de planejamento da contratação, além dos demais documentos da fase de planejamento, inclusive termo de referência ou projeto básico, se necessário:**

*I – informar se pretende ingressar em compra centralizada, nacional ou IRP;*

*II - estimar o preço do objeto pretendido, por meio do preenchimento da ICVEC, salvo para ingresso em IRP;*

**§ 3º Tratando-se de compra centralizada ou nacional, sendo autorizada pela autoridade, serão encaminhados ao órgão gerenciador:**

*a) as especificações do item ou o termo de referência ou projeto básico com as regras da contratação, caso hajam;*

*b) a estimativa de consumo;*

*c) o local de entrega.*

(...)

**§ 5º Na condição de participante, em todas as modalidades de participação:**

*I - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, em atividades relacionadas ao seu objeto no certame ou nos atos decorrentes, tal como na assinatura da ata;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*II - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou entidade gerenciadora, acompanhada das informações referidas nas alíneas do inciso anterior e da respectiva pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;*

*III - manifestar para o órgão ou entidade gerenciadora, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;*

*IV - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;*

*V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;*

*VI - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo particular signatário e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;*

*VII - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora, e registrar no Sicaf;*

*VIII - prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade.*

**§ 6º Concluído o certame para formação de SRP com participação do TRE-RO, em qualquer das modalidades, a unidade demandante deverá:**

*I - instruir o processo com os documentos relacionados no art. 39 desta norma;*

*II - redigir o ETP, mapa de gestão de riscos e, se necessário, os demais documentos da fase de planejamento;*

*III - solicitar autorização para a contratação, oportunidade em que deverá informar a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa.*

**§ 7º A partir da autorização da autoridade, o processo seguirá o trâmite similar às adesões em atas de registros de preços.**

**Art. 39.** *Se não participou do procedimento previsto no caput do artigo anterior, o TRE-RO poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, nessa hipótese instruirá os processo com os seguintes elementos específicos:*

*I - informar, obrigatoriamente no ETP, a opção pelo processamento da contratação por meio de adesão, registrando, ainda, a inexistência de adjudicatário ou contratado no TRE-RO para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência ou a ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo que se pretende contratar;*

*II - justificar a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

*III - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n. 14.133/2021;*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### ***IV - juntar ao processo:***

*a) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;*

*b) os atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência; cópia do edital - e anexos, se houver - que estabelece as obrigações da futura contratada.*

*§ 1º É vedado a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.*

*§ 2º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.*

*§ 3º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.*

**16.** Como visto, a **IN TRE-RO 4/2023** disciplinou as diversas possibilidades de atuação do TRE-RO em registros de preços, seja como gerenciador, partícipe ou aderente (adesões, caronas). O caso em análise diz respeito à atuação deste Tribunal como partícipe em **COMPRA CENTRALIZADA** capitaneada pelo Tribunal Superior Eleitoral em registro de preços para eventual aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, com assistência e suporte técnico. Essa modalidade de compra encontra-se definida pelo **Decreto 11.462/2023**, veja-se:

*Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*

*(...)*

**VII - compra centralizada** - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;

*(...)*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Referida modalidade de participação também foi expressamente prevista na IN TRE-RO 4/2023, que cuidou de detalhar o trâmite pouco comum dessa modalidade de formação de registro de preços, como acima reproduzido. Nesse compasso, verifica-se que os passos definidos pelo § 3º do art. 38, que dizem respeito à autorização prévia do gestor e informações da demanda ao órgão gerenciador da compra centralizada, foram cumpridos pelo Despacho 591/2022 da lavra da Diretora-Geral deste Tribunal (0831933) e pelo preenchimento do formulário com as estimativas da demanda deste Tribunal (0837234 e 0837235).

18. Tem-se ainda que o § 6º do art. 38 dessa norma estabelece que, concluído o certame para formação de SRP com participação do TRE-RO, **em qualquer das modalidades**, a unidade demandante deverá ainda: **a)** instruir o processo com os documentos relacionados no art. 39, a saber: ; **b)** redigir o ETP, mapa de gestão de riscos e, se necessário, os demais documentos da fase de planejamento; e **c)** solicitar autorização para a contratação, oportunidade em que deverá informar a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa.

19. Sobre tais exigências, deve-se registrar que a melhor interpretação leva à conclusão de que a instrução do processo com as peças referidas no § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023, difere em função das diversas formas de participação que o TRE-RO possa ter em registros de preços, participação ordinária (partícipe ou adesão em ARP), compras nacional ou compra centralizada.

20. Assim, certamente as peças juntadas ao processo devem ser aquelas consentâneas **com as particularidades de cada uma dessas modalidades**. Isso porque, dependendo da modalidade de participação, algumas são desnecessárias e outras são mesmo fisicamente impossíveis, haja vista que elaboradas no processo capitaneado pelo próprio órgão gerenciador.

21. Nessa linha, passa-se à análise das exigências listadas pelo § 6º do art. 38 c/c com o art. 39, para definição daquelas aplicáveis à modalidade de participação do TRE-RO em compras centralizadas:

**I - Documentos relacionados no art. 39 desta norma, a seguir listados;**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) informar, obrigatoriamente no ETP, a opção pelo processamento da contratação por meio de adesão, registrando, ainda, a inexistência de adjudicatário ou contratado no TRE-RO para fornecer o mesmo objeto ou, havendo, a justificativa para não lhe ser conferida a preferência ou a ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo que se pretende contratar;

**Análise:** Informação não exigível porque sequer há ETP, documento produzido na fase de planejamento da contratação pelo órgão gerenciador da compra centralizada;

b) justificar a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**Análise:** Informação não exigível porque não se trata de adesão.

c) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

**Análise:** A compatibilidade decorre da disputa ocorrida no âmbito do certame do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 para a formação de registro de preços não havendo lapso de tempo razoável para justificar possível variação dos preços no mercado.

d) juntar ao processo:

d1. prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

**Análise:** Documentos dispensáveis em razão da condição de órgão participante do SRP capitaneado pelo TSE.

d2. os atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência; cópia do edital - e anexos, se houver - que estabelece as obrigações da futura contratada.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Análise:** Neste caso, a exigência tem total pertinência. Isso porque, para fins do controle de legalidade e da verificação da transparência dos atos da Administração, não se poderia admitir que a contratação pretendida prescindisse da demonstração da regularidade do certame que resultou na ata de registro de preços que se pretende utilizar.

Tanto é assim que a unidade demandante trouxe ao processo todos os documentos exigidos pelo referido dispositivo, além de outros também relacionados ao certame, citados no relato deste parecer e aqui reprisados:

- Documento de Oficialização de Demanda TSE ([1100708](#));
- Estudos Técnicos Preliminares TSE ([1100828](#)), no qual está registrado os quantitativos para atender, entre outras, a demanda deste TRE-RO;
  - Edital de Licitação nº 46/2023 ([1100691](#)) comprovação da publicação no DOU ([1100833](#)), como também seu Anexo I - Termo de Referência ([1100838](#)) e Anexo III – Minuta do Contrato ([1100841](#)) complementada por seus dois anexos: termo de ciência de manutenção de sigilo sobre as informações obtidas no âmbito do contrato ([1101686](#)) e termo de confidencialidade para proteção das informações confidenciais a que a contratada tiver acesso na execução das atividades do contrato ([1101689](#));
  - Resultado do julgamento do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 no DOU ([1101714](#));
  - Ata de Registro de Preços ARP nº 5/2023 ([1100843](#)), que tem como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento dos itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto do certame do SRP;
  - Publicação do extrato da ARP nº 5/2023 no DOU ([1101696](#));
  - Documentos comprobatórios da regularidade mínima da compromissária para contratar com a Administração Pública ([1101067](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II - redigir o ETP, mapa de gestão de riscos e, se necessário, os demais documentos da fase de planejamento;**

**Análise:** Como já referido, tais documentos não são exigíveis porque foram produzidos na fase de planejamento da contratação pelo órgão gerenciador da compra centralizada;

III - solicitar autorização para a contratação, oportunidade em que deverá informar a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa.

**Análise:** De fato, concluído o certame de SRP na modalidade de compra centralizada, após a instrução do processo com os documentos exigíveis, a unidade deve solicitar autorização para a contratação e informar a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa o que, no caso em análise, está materializado pelo documento juntado no evento [1100861](#).

**22.** Em função da análise exposta, verifica-se que o processo se encontra instruído com todas as informações e documentos exigidos para as contratações oriundas da participação deste Tribunal em registro de preços na modalidade de compra centralizada, em harmonia com o § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da **IN TRE-RO 4/2023** e das disposições do **Decreto Federal 11.462/2023**, editado em harmonia com a **Lei 14.133/3021**.

**23.** Registra-se que não veio ao processo informações sobre eventual registro e divulgação de IRP no Sistema Comprasnet para a contratação gerenciada pelo TSE na forma prevista no art. 7º, I, do Decreto 11.462/2023. Ocorre que, tratando-se de compra centralizada, essa ferramenta não teria mesmo cabimento porque os órgãos participantes devem indicar previamente suas demandas (art. 6º, VIII, do referido regulamento), o que foi demonstrado pelos documentos juntados nos eventos [0837234](#) e [0837235](#).

**24.** Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da Ata de Registro de Preços nº 5/2023 por um período de até 12 meses de sua assinatura, ocorrida em 19/12/2023 ([1100843](#) e [1101696](#)), salvo se prorrogada pelo órgão gerenciador (art. 84, NLLC e art. 15, IX, Decreto 11.462/23), desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**25.** Por fim, cabe salientar que, nos termos do inciso IX do art. 8, do Decreto 11.462/23, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **V – CONCLUSÃO**

**26.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui nos seguintes termos:

**I** - Conquanto o § 4º do art. 53 da Lei 14.133/2021 preveja o controle prévio de legalidade dos documentos da fase de planejamento das contratações pela Assessoria Jurídica do órgão, tratando-se de **compra centralizada**, a fase de planejamento da contratação foi integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, nos termos **do § 4º do art. 7º do Decreto 11.462/2023 c/c art. 55 da Lei 14.133/2021**, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna, consoante a **Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020**, que embora editada sob a égide da Lei 8.666/93 continua plenamente aplicada ao regime jurídico da NLLC;

**II** - O processo se encontra instruído com todas as informações e documentos exigíveis para as contratações oriundas da participação deste Tribunal em registro de preços na modalidade de compra centralizada, em harmonia com o **§ 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 e das disposições do Decreto Federal 11.462/2023**, editado em harmonia com a **Lei 14.133/2021**;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Em função disso, pela possibilidade jurídica da aquisição dos equipamentos para coleta de informações biométricas descritos na solicitação da unidade demandante ([1100861](#)) e reproduzidos no item 4 deste parecer, no valor de R\$ 563.400,00 (quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais), os quais constam expressamente do Anexo II-II da ARP 5/2023 gerenciada pelo TSE ([1100843](#)), oriunda do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023, que tem como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento dos itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto do certame, com fundamento no **art. 85 da Lei 14.133/2021, art. 18 do Decreto Federal 11.462/2023 e § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023.**

**i.** A Administração deverá observar que o fornecimento exigirá a prévia lavratura de instrumento contratual, na forma do item 4 da referida ARP. Como anunciado nos itens 9 a 12 deste parecer, estará dispensada a análise de conformidade da minuta do instrumento por esta Assessoria Jurídica, ato praticado no âmbito do TSE, órgão gerenciador do SRP. Por sua vez, o instrumento de contrato deverá ser redigido em conformidade com o Anexo III do edital do certame ([1100841](#)) e devidamente adaptado aos dados e à demanda específica deste Regional.

**ii.** Reprise-se, conforme já apontado no **item 6 deste opinativo**, que há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária da despesa no exercício de 2023 ([1101331](#)) e comprovação da sua programação ([1101331](#)).

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 21/12/2023, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1102246** e o código CRC **9C0E7A5D**.

---

0001465-16.2022.6.22.8000